

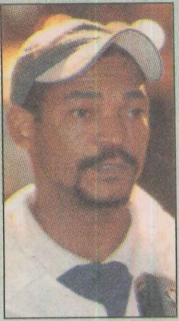
# Governo libera pedágio na rua

A/17.309

BRUNO ZORZAL/AT

## "Vai prejudicar"

"Eu, como tenho veículo, acho ruim. O carro já não tem espaço, temos dificuldades. Imagina se você for impedido! Vai prejudicar a gente. Eu preciso do veículo para trabalhar. Não é uma vaidade, é uma necessidade."



Sérgio Cruz, 34 anos, porteiro e autônomo

## "Prioridade para ônibus"

"Eu acho que esse projeto vai ser bom para diminuir esse trânsito ruim. Muito carro atrapalha mesmo e hoje é fácil comprar um carro. Ando mais de ônibus e acho que a prioridade tem mesmo que ser dele. Acho que vai ajudar bastante."



Geir Pereira de Oliveira, 30 anos, motorista

## ANÁLISE

### "MEDO DE BATER DE FRENTE"

"O direito coletivo deve prevalecer sobre o direito individual. Um ônibus transporta 30 vezes mais pessoas que os veículos, ocupa só 4 vezes seu espaço e não pára em estacionamento."

No entanto, as políticas públicas têm priorizado os automóveis, tentando ampliar avenidas, estacionamento, velocidade. Esse ônibus, dos carros, são pagos por todos, mas não é eficaz. O número de carros cresce 10% ao ano e não ampliamos ruas para isso."

O ônus do investimento no transporte público também tem que ser para todos. É preciso subsídio."

Esse projeto encara o medo dos prefeitos, que é bater de frente com a elite ao combater o automóvel. Muitos não têm coragem. A lei é um respaldo."

André Abe, professor da Ufes, doutor em planejamento urbano pela USP e especialista em planejamento urbano e regional pela UnB.

## "interessante"

"É um projeto muito interessante porque você consegue restringir os veículos que concorrem com o transporte coletivo. O ônibus transporta mais gente, mas compete pelo mesmo espaço do carro."

Não haveria necessidade na Serra de proibir a circulação, seria só ordenar o tráfego que está confuso, como em Laranjeiras. Por enquanto, não temos problemas que justifiquem pedágios ou restrição."

O projeto dá mais respaldo para as prefeituras. Já temos as ferramentas para isso, mas uma lei federal facilita."

Fernando Assad, diretor do Departamento de Trânsito da Serra.



Projeto do governo federal prevê ações para melhorar o trânsito, como pedágio urbano e rodízio de carros

O governo federal vai permitir que os municípios implantem rodízio de carros, façam cobrança de pedágio em ruas e avenidas e até proibam a circulação de veículos em determinados locais.

As medidas estão no anteprojeto de lei da Política de Mobilidade Urbana, que será encaminhado ao Congresso Nacional e que tem como objetivo dar prioridade ao transporte coletivo nos grandes centros urbanos – também com a criação de faixas exclusivas.

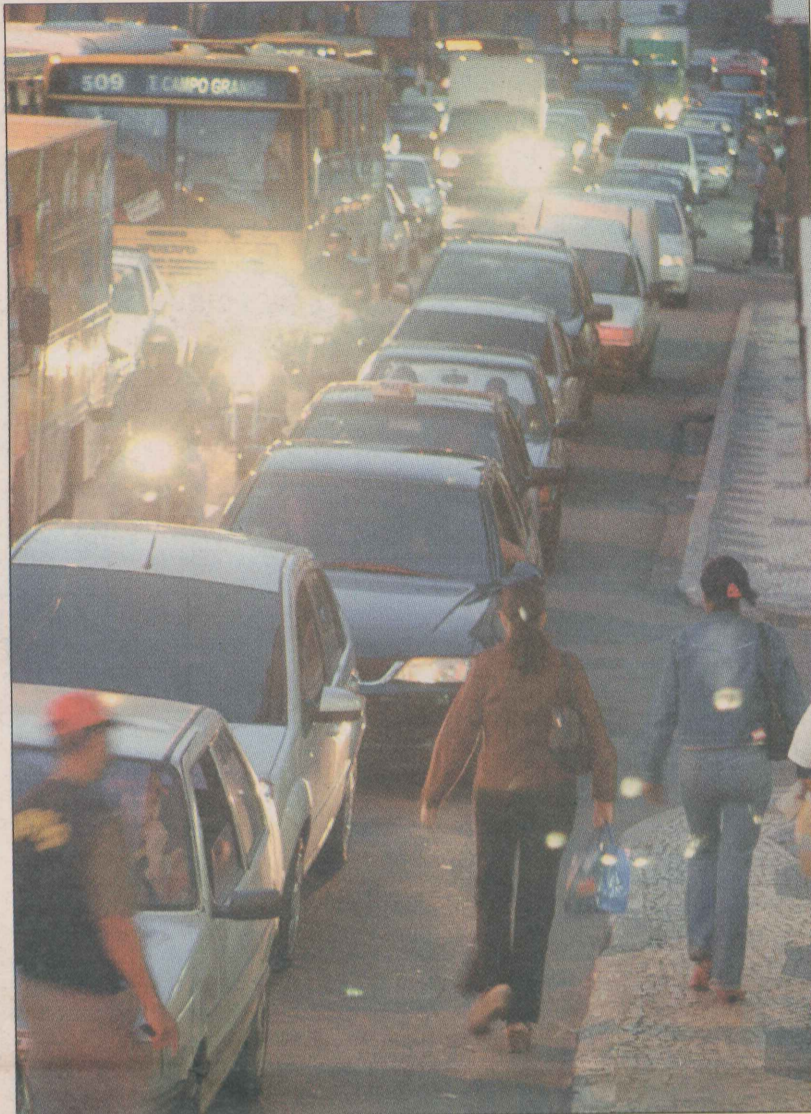
O secretário nacional de Transporte e Mobilidade, do Ministério da Cidade, José Carlos Xavier, explicou que o projeto apenas aponta as possibilidades, sem dizer que medidas devem ser adotadas.

"O anteprojeto abriga as possibilidades e dá uma diretriz para que o transporte coletivo tenha prioridade de circulação. O município adota o que achar melhor". Xavier destacou que, hoje, os municípios já podem restringir circulações de veículos e que a lei pretende dar um "abrigo jurídico" para as decisões. "Houve casos em que o município foi questionado judicialmente", citou.

O secretário municipal de Transportes e Infra-Estrutura Urbana de Vitória, Artur Neves, afirmou que rodízio, pedágio e restrição de circulação são boas soluções para enfrentar o problema do trânsito, mas ainda não há necessidade delas na capital.

"Apesar dos problemas de engarrafamento, ainda estamos longe dessa necessidade. Priorizar o transporte público é consenso", explicou.

O diretor do Departamento de Trânsito da Serra, Fernando



Movimento de veículos no centro de Vitória

Assad, disse que acha a proposta interessante mas que, por enquanto, não há qualquer necessidade de restringir o uso de veículos no município.

"Estamos trabalhando para construir canaletas exclusivas de ônibus. Já temos um projeto que vai da BR-101 até o novo terminal de Jacaraípe", disse.

O secretário de Serviços Urbanos e Transportes de Cariacica, Manoel Rodrigues da Vitória, também aprovou a lei e ressaltou que nenhuma medida será adotada no município, por enquanto.

Em Vila Velha, o secretário de Serviços Urbanos, Romário de Castro, disse que há outros caminhos para dar maior fluidez ao tráfego no município, como adotar estacionamento rotativo e melhorar o sistema viário.

## "Outras alternativas"

"Essas possibilidades de restrições aos veículos já foram muito debatidas. Para Cariacica, ainda existem outras alternativas para melhorar o trânsito, independente de qualquer restrição. Caneleta exclusiva para ônibus deve ser um debate metropolitano. Só em Cariacica não funciona."

O projeto é positivo porque abre o leque de possibilidades para os municípios onde há necessidade dessas medidas. Há o espaço para as cidades tomarem suas decisões, baseadas em uma lei federal. É interessante ter esse respaldo."

Manoel Rodrigues, secretário de Serviços Urbanos e Transportes.



## "Decepcionante"

"O projeto é decepcionante. Nossa expectativa era que fosse criado um mecanismo para reduzir a tarifa. Esperávamos que o governo federal liberasse recursos que já existem para baixar ainda mais a tarifa. Não há inovação."

Quem não tomou nenhuma medida até agora não foi por falta de lei, mas por uma decisão política. Não precisamos restringir o transporte individual, ele se limita por si só. Hoje, o carro não consegue mais escolher a velocidade que anda."

Marcelo Ferraz, diretor-presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV).



## "É necessário"

"Eu acho que é necessário há muito tempo. Aqui em Vitória o trânsito está impraticável. Eu acho que a medida vem para melhorar o trânsito, principalmente dentro da capital. Ando de carro, mas se tiver transporte coletivo que me satisfaça, não me importo de deixá-lo em casa. Andaria de ônibus sem problema."



Luiz Antônio Farias, 55 anos, motorista

## "Transporte meio deficitário"

"Eu acho que vai ser complicado. A gente ainda tem um transporte meio deficitário. Dependendo do bairro, a pessoa fica mofando no ponto de ônibus. Largar o carro para andar de ônibus seria difícil, principalmente nos finais de semana e feriado. Só ando de ônibus, mesmo assim não gostaria."



Benedita Binda, 40 anos, fotogrametrista

## Mudança em reajuste de tarifa

O anteprojeto de lei da Política de Mobilidade Urbana, do Ministério da Cidade, que dá prioridade ao transporte coletivo nos grandes centros urbanos, também quer mudar a forma de reajuste da tarifa de ônibus.

Pela proposta, o reajuste não deve ser estabelecido através da planilha de custos do sistema. Os governos municipais e estaduais devem fixar um índice.

O diretor-presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV), Marcelo Ferraz, afirmou que os reajustes são feitos de forma transparente, através do Conselho Tarifário (Cotar), que tem a parti-

cipação da sociedade.

Para o secretário de Transporte e Infra-Estrutura Urbana de Vitória, Artur Neves, a proposta ainda precisa ser muito discutida, porque há dificuldade para estabelecer esse índice.

O secretário-executivo do Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBUS), Marcos Rothen, acrescentou. "O índice precisa considerar nossos insumos. Péssoal e diesel são 70% do nosso custo".

O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado (Setpes) informou que precisa estudar melhor a proposta.

## "Mexe na economia"

"Eu acredito que Vitória ainda não chegou nesse ponto crítico para haver restrição na circulação de veículos. Mexer na circulação é mexer na economia e os comerciantes devem participar. Os governos precisam oferecer um transporte público de qualidade e tentar outras medidas antes."

Poderíamos tentar primeiro ter alguns serviços ou setores com horários diferenciados. Isso diminuiria o impacto no trânsito porque reduziria o número de pessoas circulando no horário de pico."

Marcelo Salles, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Vitória.

